

# **A ofensiva das frações de classe bolsonaristas no desmonte da educação básica pública: escola sem partido, escolas cívico-militares, *homeschooling* e o 'agro' de olho no material escolar**

**Jéferson Silveira Dantas**

Professor Adjunto III no Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação da UFSC (EED/CED/UFSC). Membro e pesquisador do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO) e Professor Associado ao Observatório da Ética Jornalística (objETHOS), vinculado ao Curso de Graduação e Pós-graduação em Jornalismo da UFSC.  
E-mail: clioinsone@gmail.com

Submetido em: 09 mar. 2022. Aceito em: 09 maio 2022

## **Resumo**

O artigo em questão, assentado em pesquisa bibliográfica e documental, sobretudo matérias jornalísticas de semanários impressos e sítios eletrônicos que tratam do objeto de estudo, procurou compreender como determinadas frações de classe adeptas ao bolsonarismo (Escola sem Partido, Escolas cívico-militares, *Homeschooling* e o 'Agro' de olho no material escolar) vêm disputando o fundo público destinado, sobretudo, à Educação Básica pública. Para nos subsidiar teórica e metodologicamente no que concerne à análise discursiva da mídia impressa amparamo-nos na perspectiva epistemológica da *História do Tempo Presente* (HTP), que pressupõe uma narrativa histórica em que o/a pesquisador/a investigue um tempo que é o seu próprio tempo, com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua. No que concerne aos objetivos e conclusões parciais, este texto procura compreender os efeitos da militarização e do fundamentalismo religioso na Educação pública.

**Palavras-chave:** Frações de classe bolsonaristas; Escola sem Partido; Escolas cívico-militares; *Homeschooling*; O 'Agro' de olho no material escolar.

## **Abstract**

***The offensive of Bolsonaro class fractions in the disassembly of public basic education: school without party, civic-military schools, homeschooling and the 'agro' of eye in school material***

The article in question, based on bibliographic and documentary research, especially journalistic articles from printed weeklies and electronic sites that deal with the object of study, sought to understand how certain class fractions adept at Bolsonaroism (Escola sem Partido, Escolas civico-militares, Homeschooling and 'Agro' with an eye on school supplies) have been disputing the public fund intended, above all, for public Basic Education. To support us theoretically and methodologically with regard to the discursive analysis of the printed media,

we rely on the epistemological perspective of the History of the Present Time (HTP), which presupposes a historical narrative in which the researcher investigates a time that is his/her own own time, with living witnesses and with a memory that could be yours. With regard to objectives and partial conclusions, this text seeks to understand the effects of militarization and religious fundamentalism on public education.

**Keywords:** Bolsonaroist class fractions; School without party; civic-military schools; Homeschooling; 'Agro' with an eye on school supplies.

## Introdução

As frações de classe bolsonaristas que disputam o fundo público para a Educação, sobretudo, no que tange à Educação Básica, estão inseridas em uma conjuntura em que “duas vertentes coexistem na educação brasileira (...): a frente social liberal e a frente liberal ultraconservadora” (LEHER, 2020a, p. 8). Ainda segundo Leher (2020a, p. 8) a primeira vertente que disputa os rumos da Educação pública é dirigida pelo movimento *Todos pela Educação* (TPE), e a segunda vertente por um conjunto expressivo de empresários, correntes neopentecostais (adeptos da ‘guerra cultural’<sup>1</sup> e avessos aos valores iluministas) e de militares. É, justamente, sobre essa segunda vertente que trataremos aqui, ou seja, sobre os integrantes ou adeptos do movimento *Escola sem Partido*, *Escolas cívico-militares*, *Educação domiciliar* (Homeschooling) e o *Agro de olho no material escolar* (setor vinculado ao agronegócio).

Metodologicamente, para nos auxiliar na análise interpretativa dos discursos proferidos pelos semanários jornalísticos e sítios eletrônicos, trabalhamos com a perspectiva metodológica da

*História do Tempo Presente*<sup>2</sup> (HTP). Os/as pesquisadores/as da HTP são desafiados/as a desconstruírem a aparência do que é noticiado. A HTP não lida apenas com a análise documental recente, mas com depoimentos diretos, vinculados à experiência singular e coletiva dos/as depoentes. Há aí uma ruptura com um passado histórico inerte e aparentemente incapaz de ser reinterpretado em função das problemáticas apresentadas no presente.

Para Mattos (2008), as investigações da HTP nos auxiliam na compreensão de como os golpes de Estado se vinculam ao caráter de classe, como aconteceu no Brasil em 1964 e, porque não dizer, em 2016, embora disfarçado de legalidade por supostas irregularidades fiscais cometidas pela ex-presidente Dilma Vana Rousseff. Löwy (2018) compreende que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve caráter pseudolegal. Em suas palavras, a prática do *golpe de Estado legal* parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas. O bloco parlamentar que destituiu Dilma Rousseff da presidência da República, formado por deputados ligados aos esquadrões da morte e às milícias privadas, aos latifundiários e criadores de gado e aos neopentecostais

---

<sup>1</sup>Segundo Martin Grossmann, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, a “origem da expressão ‘guerra cultural’ está na Alemanha, no final do século 19. Surgiu quando havia um confronto entre ideais mais modernos e valores seculares, principalmente ligados a questões religiosas. O termo reapareceu nos Estados Unidos em 1991” (GROSSMANN, 2020).

<sup>2</sup>Para Chagastelles e Lacerda (2013, p. 10), segundo Henry Rousso, “a denominação História do Tempo

Presente, está associada à criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) entre 1978 e 1980 e tinha por objetivo trabalhar sobre o passado próximo e sobre a História Contemporânea no sentido etimológico do termo, ou seja, uma História na qual o historiador investigue um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua”.

integristas de viés homofóbico e misógino, denota o quanto os interesses de classe são fortíssimos e perversos no Brasil.

Se a história é, ao mesmo tempo, *conhecimento* e *narrativa*, sua relevância adquire especial importância ao se insurgir, cientificamente, contra os falsificadores da memória, que ao manipularem o conhecimento do passado recente, pretendem deformar as memórias e inaugurar pseudo-argumentos. A perspectiva da HTP, ao explorar as interconexões entre *memória* e *história*, procura romper com uma visão determinista da história, reequacionando “as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado” (FERREIRA, 2000, p. 118).

Destarte, a ascensão da extrema-direita é um fenômeno de contornos globais, algo jamais visto desde a década de 1930: “Trump, nos Estados Unidos, Modi, na Índia, Erdogan, na Turquia, Urban, na Hungria, Duterte, nas Filipinas, e Bolsonaro, no Brasil. Alguns partidos de extrema-direita na Europa (...) têm uma base eleitoral expressiva” (D’ANGELO, 2020, p. 100). A direita ou a extrema-direita brasileira vem se (re)articulando desde meados da década de 1980, momento em que se intensificaram as ações de diversos grupos neonazistas. Além dessa tendência mais violenta, ou seja, o *neonazismo*, diversas publicações negacionistas e/ou revisionistas sobre o holocausto passaram a circular no Brasil por meio da *Editores Revisão*, fundada em Porto Alegre/RS em 1985. Essa publicação difundia o antissemitismo, além de articular determinadas organizações vinculadas a grupos integristas (CALDEIRA NETO, 2020, p.

128). Logo, pode-se dizer que a extrema-direita comporta em suas hostes movimentos, grupos ou facções extremamente ultraconservadoras (supremacistas brancos, fascistas, nazistas, fanáticos religiosos, etc.).

Em 2008 o capitalismo ingressou em mais um período de crise sistêmica, ainda que se saiba que as crises do capital não representem nenhuma novidade, já que são estruturantes do modo de produção vigente. O que se configura, contudo, em tal conjuntura em um país de capitalismo combinado e dependente<sup>3</sup> como é o caso do Brasil é o cariz extremamente autoritário com que o capital e frações da classe burguesa procuram responder à crise (ROLA; SAKURADA, 2021, p. 83). Para Rola e Sakurada (2021, p. 89), ainda que o capitalismo seja um fenômeno de dimensões globais, as (...) “particularidades de cada formação social promoverão traços estruturantes específicos que na análise realizada aqui do Brasil, será mediado no dinamismo (...) prestígio, poder e concentração de renda e a contrarrevolução preventiva e permanente”, nos termos do sociólogo, Florestan Fernandes.

Para Fontes (2019) o bolsonarismo é lastreado por um anticomunismo primário, uma verdadeira ‘caça às bruxas’. O lema ou slogan do governo Bolsonaro (*Deus, Pátria e Família*) lembraria o velho integralismo da década de 1930, que veio a desaparecer em 1970 sendo absorvido por outros partidos de direita ou com perspectivas ideológicas de extrema-direita. O núcleo duro do bolsonarismo, segundo Fontes (2019), é formado por uma vertente ultraliberal pragmática sob a condução de Paulo Guedes, e a *teologia da prosperidade*, representada pela vertente reacionária neopentecostal, conectada com a defesa dos valores morais patriarcais e,

---

<sup>3</sup>Sobre os desdobramentos do tema sugerimos a leitura do artigo de Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020).

evidentemente, com a acumulação de capital. Aliás, os ministérios do governo Bolsonaro foram implantados de maneira autocrática e sob a autoridade direta do capitão reformado do exército, com influência de seus filhos Carlos, Eduardo e Flávio Bolsonaro, Paulo Guedes, Olavo de Carvalho, Onyx Lorenzoni (que ocupou a pasta da Casa Civil), Gustavo Bebianno (que ocupava a secretária-geral da Presidência e que, antes de falecer, se desentendeu com o clã Bolsonaro) e Sergio Fernando Moro (ex-Ministro da Justiça e agora desafeto de Bolsonaro e do bolsonarismo, profundamente implicado no favorecimento eleitoral do capitão reformado do exército em 2018). Por fim, Fontes (2019) assevera que Bolsonaro não teve qualquer hostilidade da mídia hegemônica burguesa tradicional ou dos grupos empresariais jornalísticos. Muito pelo contrário. Houve um profundo silenciamento nos editoriais da mídia hegemônica, notadamente em 2019, sobre a gravidade de seus pronunciamentos contra os direitos humanos e sociais e contra o meio ambiente, ou seja, uma adesão sem peias à cartilha ultraliberal de Guedes.

Deste modo, as frações de classe que apoiaram o projeto bolsonarista foram fundamentais para o êxito eleitoral do capitão reformado do exército<sup>4</sup>. Segundo Cavalcante (2020, p. 123) o fato de Bolsonaro não liderar um partido de massas com base social organizada e de ser abertamente pró-capitalista não permite afirmarmos que se trata de um governo fascista nos moldes do fascismo histórico. Por outro lado, Cavalcante (2020, p. 123) considera que a classe média, ativa ou passivamente, aceitou como

legítima a candidatura de Bolsonaro e naturalizou o discurso típico do fascismo, onde “a nação precisaria ser purificada (o mesmo valendo para a família) e a esquerda deveria não apenas ser descartada, mas eliminada”. Cavalcante (2020, p. 123) destaca ainda que o reacionarismo da classe média, de forma orgulhosa e estrepitosa, defendeu de maneira enfática o apartidarismo (sem partido), em que o único partido a ser considerado seria o Brasil. Tal ‘campo de sentido’ alavancou grupos ultraconservadores (*Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua*, etc.) que, sob a bandeira genérica da anticorrupção, e com o apoio da mídia hegemônica tradicional, passaram a influenciar processos de reorientação curricular nas escolas públicas e até mesmo o Plano Nacional de Educação (PNE), corroborando com a implementação da contrarreforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sob os auspícios de um golpe (DANTAS, 2020).

De acordo com a reportagem da jornalista Ana Flávia Gussen (2021, p. 25), em setembro de 2018 com a confirmação da candidatura da chapa Bolsonaro e Mourão por meio da coligação *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*, veio à baila um programa de governo com um texto de 81 páginas de evidentes e deletérios efeitos para a Educação pública. Nos últimos cinco anos, segundo Gussen (2021, p. 25), o Ministério da Educação (MEC) perdeu 14 bilhões de reais no orçamento; de 121 bilhões em 2015 caiu para 107,8 bilhões em 2020. Tal ‘asfixia financeira’ pode levar o país a regredir até 20 anos no acesso de crianças e jovens à Educação Básica. Com a pandemia ocasionada pela Covid-19, a evasão escolar entre crianças e adolescentes pretos,

de promover identificação com outros homens ressentidos com a valorização da diversidade, organização de ações em massa na esfera informacional, e consegue, assim, humanizar aquele que promete usar a violência para ‘corrigir tudo o que está aí’”.

---

<sup>4</sup>Para Cavalcante (2020, p. 127), Bolsonaro é uma falsa mercadoria embalada em um *marketing* duvidoso: “Trata-se, evidentemente, de uma mercadoria, ainda mais falsa que o *marketing* tradicional, mas, ao oferecer um canal direto entre usuário/eleitor e o que seria a vida íntima do candidato, cria-se uma conexão afetiva capaz

pardos e indígenas foi mais evidente, correspondendo a 69,3% do total de estudantes sem acesso à educação. Isso sem falar que o Estado não garantiu internet e computadores para todos os/as estudantes, especialmente para os mais vulneráveis. O governo Bolsonaro entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a *Lei da Conectividade*, o que prejudicou, sobremaneira, os mais pobres. Tal decisão foi referendada pelo pastor-ministro, Milton Ribeiro (GUSSEN, 2021, p. 25).

Além disso, apesar da campanha insistente do MEC nos meios de comunicação para o retorno imediato às aulas presenciais em um cenário preocupante de contágio do novo coronavírus, omite-se que os recursos destinados para obras infraestruturais nas escolas públicas (1,2 bilhão de reais) sequer foi utilizado pela pasta ministerial para receber os/as estudantes, o que significaria escolas mais bem equipadas. Aparelhado por religiosos, militares e olavistas, o MEC foi reduzido a um curral eleitoral ideológico (GUSSEN, 2021, p. 25). Para se ter uma ideia o segundo e terceiro escalões do MEC estão divididos entre os defensores do movimento *Escola sem Partido* (ESP), defensores do *homeschooling*, militares, olavistas e ultraconservadores.

Sandra Lima Ramos, defensora do ESP e professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), é a atual coordenadora-geral de materiais didáticos. Tem relação direta com o criador do ESP, Miguel Nagib, que vem a ser o cunhado de Bia Kicis, bolsonarista radical e que está à frente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. A indicação de Ramos foi por meio de uma articulação de Lorenzoni e a ministra Damares Alves, essa última responsável pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (GUSSEN, 2021, p. 26). Outro grupo

presente nas decisões educacionais do país é a Associação Nacional do Ensino Domiciliar (ANED), dedicada a promover o *homeschooling*. O presidente da ANED, Rick Dias, criou o site SIMEDUC, uma das maiores plataformas desse modelo de ensino no país. A ANED lançou em fevereiro de 2021 um programa de apoio à educação domiciliar, em parceria com a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), que tem entre os seus fundadores a ministra Damares Alves, que acaba facilitando a entrada de empresários simpatizantes do bolsonarismo na disputa do fundo público para a Educação (GUSSEN, 2021, p. 27). Um desses empresários é Jorge Nishimura, que preside o Grupo *Jacto* vinculado ao agronegócio, além de ser proprietário da *Universidade da Família*, com cursos voltados aos valores tradicionais da família.

Além dos programas citados anteriormente, há aquele que anima mais fortemente Bolsonaro: as *escolas cívico-militares*. O objetivo do MEC é implantar esse modelo em 216 escolas públicas até 2026 (GUSSEN, 2021, p. 28). Com recursos cada vez mais escassos/contingenciados no MEC por decisões políticas de governos anteriores e do governo Bolsonaro (levando-se em conta que o orçamento do Ministério da Defesa teve um acréscimo de 25 bilhões de reais entre 2015 e 2020, por exemplo) as perdas para a Educação pública são evidentes. O ensino superior federal também sofre com tal perda de investimento. Foram mais de 13 bilhões de reais entre 2015 e 2020.

Logo, faz-se importante compreender como esses grupos e/ou frações de classe que apoiam e sustentam o governo Bolsonaro, estão diretamente atuando contra a autonomia política e pedagógica das escolas e universidades públicas, utilizando-se de discursos ultraconservadores, que desqualificam a prática social de professores e

professoras. Além disso, tais grupos bolsonaristas – especialmente as milícias digitais – se beneficiam da desregulação das redes sociais e do *fetichismo tecnológico* (LEHER, 2020b, p. 52) para atacar desafetos (pretensos/as professores/as doutrinadores/as), partidos e movimentos sociais de esquerda.

Leher (2020b, p. 64) ressalta ainda que o cimento ideológico que alçou à presidência da República o capitão reformado do exército foi impulsionado pelos *think tanks* estadunidenses, que propiciaram, então, uma agenda para esses grupos ultraconservadores nacionais, provenientes especialmente de “segmentos da classe média, adeptos de seitas e igrejas, parte do lumpesinato, em especial, milicianos policiais, sob as asas protetoras da velha guarda direitista”.

A militarização da política e, por extensão, da sociedade, ganhou enormes espaços nas escolas públicas, igrejas evangélicas e na burocracia estatal (D'ANGELO, 2020, p. 117). Além disso, os três ministros da Educação (Vélez, Weintraub e Ribeiro) nomeados por Bolsonaro, apenas reverberaram as ações das frações de classe bolsonaristas. Vélez, por exemplo, foi defensor ferrenho das *escolas cívico-militares*, um projeto inédito que nem mesmo foi realizado durante a ditadura civil-empresarial-militar (1964-1985); um “esboço tão amplo e evidente da tutela da educação básica via militarização de seus espaços e sujeitos” (REBUÁ, 2020, p. 175). A escola sob a ótica da militarização é vista como espaço de controle social.

E, por fim, e não menos importante, na composição dos grupos ultraconservadores que vêm disputando a educação pública no Brasil, apresenta-se o fundamentalismo religioso. Todavia, tal fundamentalismo apresenta um

batuta do empresário norte-americano Steve Bannon, [...], especialmente o movimento conservador antifeminista centrado no termo ideologia de gênero. [...]. O conservadorismo não é um termo com um significado monolítico, e sim um termo historicamente construído que tem como retórica principal a tese de que todos são diferentes e que a desigualdade é também natural (SEPULVEDA; SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020, p. 209-210).

Bannon também era diretor da *Cambridge Analytica*, que, escandalosamente, coletou milhões de dados de usuários das redes sociais para o desenvolvimento de um projeto político (ultra)conservador de convencimento do eleitorado. Bolsonaro importou o modelo de Bannon por meio do *gabinete do ódio* via produção em larga escala das *fake news*, “na compra de Bots de internet e na disseminação do ódio que usa o ‘comunismo’ como vilão para o controle normativo e político das massas (SEPULVEDA; SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020, p. 216).

Assim, o ideário protofascista – como construção histórica e sendo o resultado de interesses ultraconservadores – é pródigo na construção de argumentos ou narrativas baseadas em uma tradição inverossímil, que enxerga o mundo de forma imutável. Para os/as protofascistas o ato de pensar ‘dói’, “é uma forma de castração. Por isso, a cultura é suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas” (SEPULVEDA; SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020, p. 222). Em nosso país, uma das maiores representações de tais políticas de viés fascizante é o Movimento *Escola sem Partido* (DANTAS, 2019).

## O Movimento Escola sem Partido (ESP)

[...] movimento de caráter global, organizado por grupos políticos de extrema-direita sob a

O ESP foi criado em 2004 pelo advogado e Procurador do estado de São Paulo, Miguel Francisco Urbano Nagib, que possui vínculos com o *Instituto Millenium*, instituto esse profundamente implicado com valores associados à meritocracia, à neutralidade no campo educacional, à responsabilidade individual e à defesa da propriedade privada (DANTAS, 2019). O ESP funciona, na prática, como um *partido ideológico*, nos termos gramscianos (FRIGOTTO, 2019).

Contudo, segundo a educadora Zuleide S. Silveira, o ESP não é um movimento genuinamente brasileiro, ou seja, é uma adaptação do movimento *No Indoctrination* de inspiração estadunidense, formado por um grupo de pais e estudantes daquele país (SILVEIRA, 2019, p. 23-24), tendo como objetivo acabar com a doutrinação ou ideologização nas escolas. Nagib teria ‘criado’ esse movimento por discordar das comparações ideológicas realizadas entre São Francisco de Assis e Che Guevara por um professor de História, que lecionava para a sua filha em uma escola privada de classe média. Todo o ímpeto e mobilização do ESP se dão pela construção do *pânico moral*. A religião se torna uma importante amálgama desse movimento, fortalecendo o fundamentalismo (SILVEIRA, 2019, p. 28).

O ESP ao defender a neutralidade ideológica nas escolas de Educação Básica – como se isso fosse possível – almeja enquadrar ou criminalizar os professores ditos ‘doutrinadores’, impondo as crenças e valores das famílias dos/as estudantes. Os adeptos do ESP veem os/as estudantes como uma *tabula rasa*, subestimando a capacidade dos estudantes em pensarem por conta própria, a partir de suas vivências e experiências que vão para além dos processos de escolarização (DANTAS, 2019). Acusam sem qualquer mediação epistemológica que valha os Cursos de Graduação em Pedagogia de serem doutrinários, ignorando

ou desqualificando as discussões sobre gênero como categorias teóricas e explorando a falácia da ‘ideologia de gênero’. Afrontam preceitos constitucionais (Artigos 205 e 206), tenta(r)am criar diversas leis em nível municipal, estadual e federal, inclusive com a expectativa de alterarem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996 (BRASIL, 2022). Todas essas ações fazem do ESP um dos mais proeminentes movimentos reacionários do país.

Como bem nos ensina Frigotto (2019, p. 1-4), a escola desde a sua gênese e, sobretudo, no âmbito da sociabilidade capitalista, é alvo de uma disputa entre interesses divergentes ou antagônicos entre as classes fundamentais – proprietários e trabalhadores – e conflitos entre grupos e frações de classe (onde o ESP se inscreve). Um dos pilares do ESP é que a escola deve ser regulada pelo Código do Consumidor, em que os professores são meros instrutores neutros; por outro lado, no plano dos valores morais, os pais agem como se fossem donos de seus filhos, por isso, a necessidade do controle ideológico dos professores, acusados sistematicamente de corruptores de crianças e jovens.

Frigotto (2019, p. 7) assinala ainda que, paradoxalmente, foi durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que movimentos como o ESP e o *Todos pela Educação* (TPE) cresceram e se criaram na disputa pelo fundo público educacional. O TPE é “capitaneado por 14 grandes grupos de industriais, capital financeiro e agronegócio e 18 institutos parceiros operadores dos negócios da educação e ativos na disputa do que ensinar, como ensinar e para quem ensinar nas escolas” (FRIGOTTO, 2019, p. 7).

No que tange aos aspectos referentes à organização do trabalho escolar, Carvalho (2019, p. 62) assinala a intencionalidade do ESP em estabelecer regras sobre o currículo escolar e a

ação do professor/a, ou aquilo que pode ser dito e não dito em sala de aula (a escola da mordça). O discurso simplista e reducionista do ESP, desprovido de argumentações filosóficas consistentes, objetiva assegurar que o ambiente escolar não seja um espaço de manifestação e expressão de posicionamentos políticos, ou nas palavras de Carvalho (2019, p. 67) a escola deve ser um espaço desideologizado, despolidizado e desistoricizado. Assim, há uma verdadeira guerra por parte dos adeptos do ESP às Ciências Humanas, “não porque supostamente doutrinam alunos, mas porque são esclarecedoras de muitos movimentos que possuem ressignificações nos contextos religiosos e conservadores” (SILVA JR; FARGONI, 2019, p. 81).

Martins (2019, p. 101) pondera também que o ESP é um movimento de ‘novo tipo’ centrado em pauta específica bastante atuante nas mídias sociais, objetivando a construção de consensos e mobilização de forças sociais, afinada com a ‘nova direita radical’, em que o mercado possui total primazia sobre os cidadãos e os seus direitos. Ficam nítidas as aproximações do ESP com o ensino domiciliar (*Homeschooling*) defendidas pelo governo Bolsonaro, já que o ESP “se expressa na central tese de que a educação moral e religiosa das crianças ocorre exclusivamente nas famílias, sem intervenções das escolas” (MARTINS, 2019, p. 118-119).

Faz-se importante compreender sobre o ESP que sua discursividade tem por meta o esvaziamento do currículo escolar e do trabalho educativo (BATISTA; GONÇALVES; TEIXEIRA, 2019, p. 220), assim como o controle dos materiais didáticos. Não por acaso foi pinçada ao MEC na coordenação dos materiais didáticos uma representante evangélica e associada ao ESP. O controle dos livros didáticos é fundamental para esse movimento, além do montante de recursos na

cifra de centenas de milhões de reais que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) dispõe para licitações e anuências de projetos didáticos. Logo, está em disputa o itinerário formativo dos/as estudantes da Educação Básica, assentada na criminalização ideológica dos livros didáticos e com o apoio de parcela da mídia hegemônica. Parlamentares da bancada evangélica no Congresso Nacional, entusiastas e defensores da ditadura civil-empresarial-militar e da pena de morte e do porte de armas para civis; defensores da ‘cura gay’ e ideólogos do ultraliberalismo e da privatização em larga escala, formam esse movimento e sua respectiva racionalidade (DANTAS, 2019, p. 111).

### As Escolas cívico-militares

Uma das maiores obsessões do governo Bolsonaro desde o início do seu mandato foi a implementação do Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM), já que imediatamente promulgou o Decreto nº 9.645, de 2 de janeiro de 2019, criando a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares no Ministério da Educação (MEC). A criação dessas escolas em todo o território nacional conta com o apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas. Contudo, foi só após a estruturação dessa Subsecretaria que se efetivou o PECIM, por meio do Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (SANTOS, 2020, p. 10-11). Como dito nas considerações iniciais desse artigo, o governo Bolsonaro pretende criar 216 escolas cívico-militares até 2026, com atuação mais preponderante no Ensino Fundamental, tendo em vista as elevadas taxas de matrícula nessa etapa da Educação Básica (quase trinta milhões).

Porém, como bem assevera Santos (2020, p. 6) é importante diferenciarmos *escolas militares* de *escolas militarizadas*. As *escolas militares*

objetivam formar quadros próprios para as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), enquanto as *escolas militarizadas* são instituições públicas pertencentes às redes estaduais e municipais de educação conveniadas com a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, compartilhando a gestão escolar com esses quadros militares.

Toda a formulação de tal projeto (PECIM) tem por argumento a ideia da ineficiência e má qualidade da Educação Básica pública, ou melhor, da *má gestão* da educação pública, ideário das reformas neoliberais da década de 1990. Daí, a necessidade de otimização dos ‘gastos’ (contrário a investimentos) e da melhoria do desempenho dos/as estudantes em testes padronizados por meio das avaliações em larga escala (SOUSA, 2003). Em outras palavras, há claro intento de terceirização do processo de gestão da escola pública por equipes militarizadas, o que se contrapõe ao que indica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2022) e aos estudos e pesquisas sobre a importância da gestão escolar democrática e à construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico pelas comunidades escolar e local (VEIGA, 2009).

Sob os auspícios do ultraconservadorismo presentes no governo Bolsonaro, a militarização das escolas ganha terreno e consenso na comunidade escolar por meio do discurso da retomada da tradição e dos bons costumes; da autoridade e do patriotismo, que foram totalmente perdidos na escola pública atual (SANTOS, 2020, p. 8). Profissionais da educação não teriam mais controle ou autoridade sobre os seus alunos, além de os índices de violência intra e extraescolar servirem de pretextos para que a militarização escolar se imponha como única e eficaz estratégia de combate à evasão e à boa aprendizagem dos/as estudantes.

A militarização nas escolas públicas ataca, sobretudo, a liderança das coordenações pedagógicas, por meio de duas frentes:

[...] (a) no compartilhamento da gestão da escola com a direção escolar e conselhos escolares, que passa a ser dividida em três eixos (gestão de processos administrativos, gestão de processos educacionais e gestão de processos didático-pedagógicos) e (b) na supervisão e na monitoria do cotidiano escolar, realizando o controle das disciplinas e promoção de práticas alusivas às rotinas militares, sobretudo, junto aos anos finais do Ensino Fundamental, etapa privilegiada pelo projeto (SANTOS, 2020, p. 11).

Além disso, o regimento interno dessas escolas cívico-militares – como são os casos das instituições militarizadas no estado de Goiás – se pautam pela “rígida disciplinarização e apagamento da diversidade e das culturas juvenis aos quais os alunos e as alunas são submetidos/as nessas escolas” (SANTOS, 2020, p. 13).

Depreende-se que as escolas cívico-militares acabam por enfraquecer as metas do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), especialmente a meta 19, que procura efetivar a gestão democrática escolar, conforme prescreve a Lei nº 9.394/1996. A propalada *gestão compartilhada*, que divide as tarefas administrativas e disciplinares para os militares e a dimensão pedagógica para um diretor (profissional da educação), favorece, sobremaneira, a perda do sentido político-pedagógico das escolas de Educação Básica (SILVA; SILVA, 2019, p. 53). Por outro lado, a *gestão compartilhada* vem ganhando consenso entre professores e as famílias dos estudantes, com o argumento de que as escolas ficariam mais ‘seguras’ e menos ‘violentas’.

[...] desconsiderando que a insegurança é uma questão estrutural da sociedade, decorrente das desigualdades sociais, concentração de renda, altos privilégios para poucos e empobrecimento da maioria da população que marcam o modelo de organização das relações produtivas na sociedade capitalista (SILVA; SILVA, 2019, p. 54).

A militarização das escolas públicas se pauta em elementos moralizantes, constrangimento, controles simbólico e ideológico, vigilância permanente, obediência, sujeição, hierarquização, ausência de autonomia política; em outras palavras, um modelo autoritário semi-carcerário constituído de dispositivos disciplinares representados por castigos, privações, punições, premiações, sanções e emulações, objetivando uma rigidez comportamental (retomada do *behaviorismo*) direcionada às crianças e jovens pobres das escolas públicas (SILVA; SILVA, 2019, p. 59). Em síntese, trata-se do aprofundamento do dualismo estrutural educacional no país, marcado pelas profundas desigualdades sociais e econômicas e do gigantesco preconceito contra as classes subalternas encaradas como propensas à violência.

### **O ensino Domiciliar (*Homeschooling*)**

O ensino domiciliar ou *homeschooling* vem ganhando terreno no país desde a eleição de Bolsonaro. Contudo, o que está por trás desse projeto e quem são os sujeitos coletivos envolvidos em tal proposta?

Preliminarmente, Cury (2019, p. 2) assinala que a liberdade de ensino correspondente à iniciativa privada deve ser realizada, prioritariamente, em instituições escolares, de acordo com o artigo 7º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em consonância com o

artigo 209 da Constituição Federal. Historicamente, contudo, já no período republicano, no final do século 19, algumas leis estaduais permitiam a chamada 'educação doméstica'. Os adeptos do *homeschooling*, nessa direção, reivindicam e/ou invocam o argumento anacrônico do 'direito natural', que remonta aos jusnaturalismo medieval para que as suas teses sejam aceitas e legalmente deferidas (CURY, 2019, p. 3).

Os argumentos dos adeptos do *homeschooling* se dirigem à baixa qualidade de ensino no país e a teoria de que existe uma doutrinação ideológica por parte dos professores nas escolas. Com a educação doméstica os pais ensinariam os seus próprios valores, posicionamentos políticos e morais sem a abertura para influências externas. Segundo Cecchetti e Tedesco (2020, p. 3), a opção pelo *homeschooling* nos EUA (principal referência para os adeptos do Brasil) cresceu mais de 100% entre 1999 e 2010. Há um amplo ativismo religioso de cunho fundamentalista e neoconservador naquele país. Cecchetti e Tedesco (2020, p. 9) ainda acrescentam que

[...] para os fundamentalistas, suas posições decorrem da autoridade bíblica e da moralidade cristã, entendidas como fontes primordiais, cujos currículos oficiais das escolas deveriam se pautar. Por isso, além de pressionar pela alteração dos livros didáticos, vigiar o trabalho dos professores e controlar os conteúdos ensinados, uma outra bandeira encampada é a educação dos filhos em casa, já que a interferência do Estado na vida da família representa um perigo.

Em matéria veiculada pela Revista *Carta Capital*, a jornalista Ana Flávia Gussen assinala que o mercado do *homeschooling* é promissor no Brasil, tendo em vista que há 47 milhões de alunos

na Educação Básica segundo o último censo do INEP/MEC. Contudo, como já relatamos anteriormente, a pasta da Educação foi a que mais sofreu contingenciamentos no governo Bolsonaro, algo em torno de 2,7 bilhões de reais; mais de quatro milhões de estudantes não possuem acesso à internet e não puderam acompanhar a contento as aulas remotas (GUSSEN, 2021, p. 12). Mas, essa parece não ser a preocupação do governo Bolsonaro. A Associação Nacional do Ensino Domiciliar (ANED) registra que no Brasil apenas 15 mil estudantes são educados em casa, ou 0,03% do universo da Educação Básica pública e privada. Para os adeptos do *homeschooling* a primeira etapa para que o seu ideário ganhe campo foi dada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que deu aval ao Projeto de Lei nº 3262/2019 para descriminalizar a educação domiciliar, já que hoje tal prática pode ser enquadrada como crime de abandono intelectual, previsto no artigo 246 do Código Penal. A proposta do PL foi de autoria das deputadas bolsonaristas Bia Kicis (PSL/DF), Chris Tonietto (PSL/RJ) e Caroline de Toni (PSL/SC). A segunda etapa seria a regulamentação do *homeschooling* prevista no PL 3179/2012, de autoria do deputado Lincoln Portela, do Partido Republicano (PR) vinculado aos evangélicos (GUSSEN, 2021, p.12).

Retira-se o direito das crianças e adolescentes de acessarem a educação (um bem comum), repassando tais direitos para familiares e tutores, como se todas as famílias tivessem as condições materiais para educarem em casa em um país tão desigual como é o caso do Brasil. Embora o *homeschooling* seja autorizado em mais de 63 países, os EUA são os maiores exportadores de tais práticas, onde se estima que 3% optam pelo ensino domiciliar, das quais mais de 75% são oriundas de famílias evangélicas. Contudo, os EUA

até hoje não ratificaram a Convenção Internacional dos Direitos da criança e nem o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Assim, no Brasil, o *homeschooling* é um canal aberto para os interesses do mercado cristão tanto nacional quanto internacional. O pastor-ministro, Milton Ribeiro, chegou a lançar uma cartilha intitulada *Educação domiciliar: um direito humano*, documento de 20 páginas que orienta as famílias para tal prática (GUSSEN, 2021, p. 14).

A ANED também ganhou muito espaço nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro, realizando sucessivas audiências com Ribeiro do MEC e Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. O presidente da ANED, Rick Dias, possui uma das maiores plataformas de *homeschooling* do Brasil. A página da ANED mantém uma loja virtual que comercializa bíblias, material didático e traduções de autores como o estadunidense Bem Shapiro, que escreveu uma obra com o título *Como as universidades doutrinam os jovens da América* (GUSSEN, 2021, p. 15). Se há um nicho para o capital, isso só é possível graças à atuação destacada dos parlamentares bolsonaristas e da bancada da Bíblia, além do apoio do movimento *Escola sem Partido* (ESP). Uma das autoras da descriminalização do *homeschooling*, a deputada Chris Tonietto, chegou a dizer que a pedofilia está associada à teoria de gênero e sua aplicabilidade é facilitada em ambientes escolarizados (GUSSEN, 2021, p. 16). Os que defendem o *homeschooling*, segundo a ANED, o fazem por princípios de fé familiar; outros falam que a escola é um antro de doutrinação, discordando daquilo que é ensinado nos currículos. Ao fim e ao cabo, como bem explica a professora Andrea Silveira de Souza, Doutora em Ciências da Religião e pesquisadora da Universidade Federal de Juiz de Fora, entrevistada pela jornalista Ana Flávia

Gussen, o projeto do *homeschooling* é de domínio político-religioso de longo prazo, consolidando um modo de vida moral, cultural e educacional de acordo com os seus princípios e que lhes permita a perpetuação no poder (GUSSEN, 2021, p. 17).

## O 'Agro' de olho no material escolar

'Agro' é *tech*? 'Agro' é pop? 'Agro' é tudo? A campanha publicitária das Organizações Globo esconde mais do que revela sobre as reais intenções da fração de classe representada pelo agronegócio. Aliás, diga-se de passagem, a Fundação Roberto Marinho é um braço de destaque do Movimento Todos pela Educação (TPE), "que atua como uma grande frente da burguesia que se apoia em um projeto social-liberal para a educação" (RODRIGUES, 2020, p. 56).

Recentemente, foi elaborada uma cartilha intitulada 'O Agro para estudantes – 10 temas para tornar o ensino mais atrativo', tendo como autores Xico Graziano e Marcos Fava Neves. O selo da cartilha tem o desenho de uma lupa com o slogan *De olho no material escolar – plantando verdades, colhendo conhecimentos*. Xico Graziano – um dos autores da cartilha – de acordo com o sítio eletrônico da Câmara dos Deputados<sup>5</sup> é professor, agricultor e engenheiro. Foi deputado federal pelo PSDB de São Paulo. Desfilou-se do partido antes do primeiro turno das eleições de 2018 para apoiar a candidatura de Jair Bolsonaro. Seu nome chegou a ser cogitado para o ministério do Meio Ambiente, o que acabou não se concretizando. Graziano tem bom trânsito pela bancada ruralista no Congresso Nacional. Já Marcos Fava Neves (que teve o nome cogitado para o ministério da Agricultura), segundo

os dados disponibilizados em seu currículo *Lattes*<sup>6</sup>, possui graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade de São Paulo (1991), mestrado em Administração pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é Professor Titular do Departamento de Administração da FEARP/USP. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Estratégia e Marketing, com aplicações em Agronegócios e Alimentos, atuando principalmente nos seguintes temas: Marketing Estratégico, Redes (Networks), Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing (PGEM) e Canais de Distribuição. Possui uma página pessoal (plataforma) na internet denominada *Doutor Agro*.

A referida cartilha possui 21 páginas e tem o apoio da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP). Graziano e Fava Neves reforçam no conteúdo da cartilha que é necessário contar a 'verdadeira história do agronegócio', refletindo sobre as relações entre campo e cidade como preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os 10 temas são tratados de forma descontextualizada na cartilha. São eles: 1) cooperativismo no agro; 2) aproveitamento dos alimentos; 3) matas ciliares; 4) bem-estar animal; 5) novos alimentos; 6) bioeconomia; 7) agricultura digital; 8) melhoramento genético; 9) agro colaborativo; 10) outras atividades relevantes. Mas, é na penúltima página da cartilha que aparecem as reais preocupações do movimento *De olho no material escolar*:

Somos mães e pais de alunos que estão preocupados com o conteúdo das apostilas escolares, especialmente aquelas que

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74797/biografia>.

<sup>6</sup>Os dados biográficos do autor podem ser acessados pelo seguinte link:

[http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=0CD6D476451419BAED14712FD69FD6D3.buscatextual\\_0](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=0CD6D476451419BAED14712FD69FD6D3.buscatextual_0).

abordam a cadeia produtiva do Agronegócio brasileiro. Visamos garantir com este trabalho que alunos e professores tenham acesso à [sic] conteúdos atualizados, baseados em fatos e dados científicos e adequadamente contextualizados, com potencial para proporcionar compreensão da função e representatividade do Setor do Agronegócio na economia do nosso país (GRAZIANO; NEVES; s.d., p. 20).

A estratégia de convencimento se assemelha ao do movimento *Escola sem Partido* (ESP), ou seja, parte-se de uma perspectiva de classe (a classe dominante) e de sua ideologia para convencer a classe trabalhadora das maravilhas tecnológicas do agronegócio. Todavia, sabe-se que as políticas públicas para a agricultura e para o meio ambiente durante o governo Bolsonaro são as mais nocivas possíveis. Foram aprovados entre 2019 e 2020 mais de mil agrotóxicos pela pasta da Agricultura, desde que a ex-líder da bancada ruralista no Congresso Nacional, Tereza Cristina, assumiu o ministério. Grande parte desses agrotóxicos já estava banida da União Europeia há mais de 20 anos (GRIGORI, 2021). E o que dizer da gestão criminoso do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles?

As contradições explícitas do setor do agronegócio são deixadas, propositalmente, de lado na restrita e limitada cartilha. Para Maria Lucia Fatorelli, ex-auditora fiscal da Receita Federal, ex-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais e atual coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Pública,

[...] é preciso lembrar que enquanto se comemora recordes de safras e de exportação de *commodities* mais da metade da população brasileira se encontra em situação de insegurança alimentar. Esse paradoxo mostra claramente que o grande

agronegócio de exportação não tem relação com a alimentação do povo brasileiro: é um grande negócio! O que de fato alimenta a população é a pequena agricultura familiar, que tem recebido pouca ou nenhuma atenção dos sucessivos governos, enquanto o grande agronegócio recebe quase toda a verba pública destinada à Agricultura, além de subsídios tributários e creditícios, com acesso a empréstimos subsidiados, investimentos em infraestrutura etc. (FATORELLI, 2021, p. 1).

*Ipsa facto*, o agronegócio endivida mais o Estado, contrariando os pressupostos da frágil e cínica cartilha de Graziano e Fava Neves. Os custos e rombos do agronegócio nas contas públicas são decorrentes dos desmatamentos sem controle para a contínua expansão do setor, em um violento desrespeito aos territórios dos povos originários e reservas ecológicas, além do uso abusivo de água doce e a contaminação do solo por agrotóxicos; incessante exploração da classe trabalhadora e denúncias de trabalho escravo (FATORELLI, 2021). Afinal, estamos falando de um país de capitalismo dependente, desigual e combinado. Assim, a dívida ambiental do agronegócio é imensa, mas a mesma não se reflete em dividendos nos orçamentos públicos, apesar dos enormes benefícios do agronegócio de exportação. A bancada ruralista no Congresso Nacional trabalha exaustivamente para garantir os privilégios de grandes empresas nacionais e internacionais, tais como a BRFFoods, Monsanto, Seara, Bunge, Raizen, Tereos, Phillip Morris, Souza Cruz, Amaggi, Basf, Bayer, Yara, Suzano, Klabin, Rabobank e Santander (FATORELLI, 2021).

A análise de Fatorelli é corroborada pelo Observatório do Agronegócio no Brasil *De olho nos ruralistas*. Esse Observatório realizou uma análise sobre o movimento *O Agro de olho no*

*material escolar* relatando que as suas fundadoras, Andréia Bernabé e Leticia Zamperlini Jacintho, ao acompanharem as atividades pedagógicas dos seus filhos se depararam com ‘mentiras’ sobre a realidade do campo no Brasil, marcada pelo latifúndio em contraponto à agroecologia. Contam para isso com o apoio dos ministros do governo Bolsonaro, da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), sugerindo que os estudantes das escolas públicas e particulares façam vídeos e fotos dos materiais utilizados pelos professores em sala de aula para comprovarem os ‘problemas’ pedagógicos encontrados (RAMOS, 2021), nos moldes do ESP. Para as fundadoras do *Agro de olho no material escolar* os povos originários são vitimizados nos livros didáticos e os estudantes são ensinados a repudiar a cultura da cana-de-açúcar (monocultura).

Um dos autores da cartilha aqui mencionada, Fava Neves, divulgou um vídeo no canal de tevê a cabo *Terra Viva* conclamando que as mães gravassem as aulas dos seus filhos para que fossem encontrados termos ou conceitos ultrapassados, tais como ‘latifúndio’ e ‘proletário’. Para Fava Neves os professores de História e Geografia são os maiores doutrinadores de esquerda das escolas (RAMOS, 2021).

Esse movimento conta com amplo apoio da bancada ruralista e dos ministérios da Agricultura, Educação e Meio Ambiente, além do Conselho Superior do Agronegócio, órgão técnico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Deputados bolsonaristas também compõem o movimento, acusando os movimentos sociais do campo, como é o caso do MST, como ‘terroristas’. A forma célere como esse movimento se organizou é notória e a intervenção nos materiais didáticos da Educação Básica são extremamente graves/danosas para o processo formativo de crianças e jovens. O setor do

agronegócio, inclusive, já teria indicado representantes para a comissão de avaliação dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O agronegócio ocultado pelo verniz da tecnologia nada mais é do que um setor que lida com práticas arcaicas de exploração da força de trabalho no campo. O amplo aparelhamento dessa fração de classe no governo Bolsonaro, além da ‘bancada da bala’, revela um triste e permanente cenário persecutório, desumano e repleto de violências (físicas e simbólicas) sistemáticas.

## Considerações Finais

As frações de classe bolsonaristas aqui discutidas – Escola sem Partido, Escolas cívico-militares, *Homeschooling* e o Agronegócio – que disputam o fundo público educacional, acomodadas/aparelhadas no governo Bolsonaro em seus ministérios e secretarias de Estado, representam um grande e grave retrocesso para o país. A perspectiva teórico-metodológica da História do Tempo Presente (HTP), nessa direção, nos auxilia na interpretação dos fenômenos históricos, pautados e falseados por essas frações de classe. A HTP não lida apenas com a análise documental recente, mas com depoimentos diretos, vinculados à experiência singular e coletiva dos depoentes. Ressalta-se a importância relacional entre *memória* e *história* para que novas compreensões do passado possam vir à tona.

A HTP tem como característica o confronto analítico de determinados fenômenos sociais com testemunhos vivos, portanto, Jair Bolsonaro, ministros de Estado e apoiadores vinculados ao agronegócio, à indústria das armas e a determinados grupos religiosos ultraconservadores não podem ficar impunes e à vontade para defender torturadores, incentivar a destruição de biomas e defender uma

racionalidade protofascista sem mediações ou problematizações de cunho histórico. A sociedade brasileira e mundial tem vivenciado processos psicológicos regressivos e um estado de não-diálogo. Todo esse processo de rebaixamento intelectual que pode ser associado à racionalidade bolsonarista é promotor de banalidade e desinformação, alimentando tendências autoritárias na sociedade e facilitando o poder dos tiranos.

Assim, o neoliberalismo de cariz autoritário em que essas frações de classe se amalgamam só conseguem se impor por meio da *supremacia*, ou seja, pelo uso sistemático da força e da coerção. Isso ocorre, justamente, nos momentos históricos em que há uma crise orgânica do capital e dos blocos históricos existentes naquele período. A tentativa de construção do consenso por essas frações de classe de cariz autoritário é realizada com ameaças constantes, retirada dos direitos dos trabalhadores, um estado de tensão permanente, mas que ao mesmo tempo pode se esgotar por não cumprir nenhuma promessa, nenhuma esperança e nenhum alívio da miséria. Há de nos perguntarmos se o bolsonarismo teria constituído, efetivamente, o seu próprio bloco histórico na acepção gramsciana, ou seja, se as relações entre estrutura e superestrutura (forças materiais e simbólicas) anunciaram conteúdos e ideologias capazes de construir um consenso eficiente e em larga escala no país.

A construção hegemônica das frações de classe bolsonaristas é aquela de viés ultraliberal e ultraconservadora, onde a hegemonia pode ser compreendida como um exercício de produção de poder, uma 'pedagogia da conformação'. Logo, o movimento *Escola sem Partido* (ESP), adeptos do *homeschooling* e os defensores das escolas cívico-militares e do agronegócio se conjunaram, justamente, em um contexto

histórico de golpe em que a alta burguesia, protofascismo e a *uberização* do trabalho passaram a exigir cada vez mais trabalhadores conformados, adaptados, docilizados, empáticos e desarticulados, sindicalmente. Tal 'pedagogia da conformação' pode ser percebida nas reorientações curriculares em curso no Brasil, especialmente na última etapa da Educação Básica (Ensino Médio), ou seja, uma formação simples para o trabalho simples ou uma formação precária para a empregabilidade e para o empreendedorismo.

A pedagogia hegemônica das *competências* e *habilidades* reabilitadas do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) é repaginada com a inclusão das *competências socioemocionais* articuladas com a contrarreforma do Ensino Médio e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tais *competências* e *habilidades* foram pensadas a partir de uma racionalidade burguesa empresarial, que se beneficia claramente da privatização das instituições públicas por meio da venda de materiais pedagógicos apostilados, cursos aligeirados de EaD e *treinamento* de professores para atenderem os processos de avaliação em larga escala que, por seu turno, também estão articuladas com a contrarreforma do Ensino Médio e a BNCC.

Diante de uma *formação simples* para o *trabalho simples* há ainda o projeto de descaracterização epistemológica das Ciências Humanas no currículo do Ensino Médio, já que essa área do conhecimento é compreendida como, essencialmente, doutrinadora sob a ótica das frações de classe bolsonaristas. Tal descaracterização se realiza na diluição dos componentes curriculares de História, Geografia, Sociologia e Filosofia na área de conhecimento

denominada *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*.

Logo, os desafios para a educação pública são enormes diante dos ataques crescentes das frações de classe aqui discutidas. A anticência, o obscurantismo e a disseminação de *fake news* ou de teorias conspiratórias são basilares desses movimentos reacionários que promovem ou açodam o recuo da teoria e a manipulação da memória social. São tempos em que a organização política e a liberdade de cátedra nas universidades e escolas públicas devem ser respeitadas, e os ataques a movimentos sociais, sindicatos e partidos progressistas devem ser combatidos de forma veemente, sem divisionismos inerentes a pautas específicas que possam enfraquecer as bandeiras históricas da classe trabalhadora.

#### Referências

- BATISTA, Eraldo Leme; GONÇALVES, Rubiara Andressa; TEIXEIRA, Lidiane. A defesa da escola pública estatal diante do Movimento Escola sem Partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem Partido ou a escola da mordça e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando publicações, 2019. p. 195-226.
- BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <L9394 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 27 jun.de 2022.
- CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo, 'Nova República' e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate entre o público e o privado**, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.
- CARVALHO, Celso. O discurso da despolitização como meio de politização da educação: a ação ideológica do Movimento Escola sem Partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem Partido ou a escola da mordça e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando publicações, 2019. p. 49-68.
- CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da 'questão social' no Rio de Janeiro. **Serviço Social**, São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan/abr. 2020.
- CAVALCANTE, Sávio. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. **Revista Crítica Marxista**, n. 50, p. 121-130, mar. 2020.
- CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Educação Básica em 'xeque': *Homeschooling* e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-17, 2020.
- CHAGASTELLES, Gianne; LACERDA, Gislene. História oral, memória e história do tempo presente: debate conceitual e de sentidos. **X Encontro Regional Sudeste de História oral (anais)**, Campinas, set. 2013.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. "Homeschooling" ou "Educação no Lar". **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 35, 2019.
- D'ANGELO, Martha. Sociedade de classes e fascismo. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R; CHABALGOITY, Diego (Orgs.). **Neofascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. p. 99-121.
- DANTAS, Jéferson Silveira. As Ciências Humanas, a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio: disputas epistemológicas em tempos de ultraconservadorismo. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-17, 2020.
- DANTAS, Jéferson Silveira. O que almeja o Movimento Escola Sem Partido? In: TRICHES, Jocemara; LOTTERMANN, Josimar; CERNY, Roseli Zen (Orgs.). **Os rumos da educação e as (contra) reformas: os problemas educacionais no Brasil atual**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2019. p. 108-119.
- FATORELLI, Maria Lucia. O agronegócio e a dívida pública. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agronegoci-o-e-a-divida-publica/>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, mai./jun. 2000.
- FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro – o proto-fascismo. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/08/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo/>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem Partido ou a escola da mordça e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando publicações, 2019. p. 1-10.
- GRAZIANO, Xico; NEVES, Marcos Fava. **O Agro para estudantes: 10 temas para tornar o ensino mais atrativo**. s.l., s.d., 21 p.
- GRIGORI, Pedro. **Bolsonaro bate o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/01/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior->

**aprovacao-de-agrotoxicos-da-historia/**. Acesso em: 31 ago. 2021.

GROSSMANN, Martin. Eleições nos EUA mostraram o mundo em guerra cultural. **Jornal da USP**, São Paulo, 11 de nov. de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/eleicoes-nos-eua-mostraram-o-mundo-em-guerra-cultural/>. Acesso em: 31 jul. de 2021.

GUSSEN, Ana Flávia. A quem interessa o *Homeschooling*? **Carta Capital**, São Paulo, n. 1162, p. 12-17, jun. 2021.

GUSSEN, Ana Flávia. Na penúria e sem rumo. **Carta Capital**, São Paulo, n. 1166, p. 24-28, jul. 2021.

LEHER, Roberto. Apresentação. In: LAMOSA, Rodrigo (Org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2020a, p. 5-10.

LEHER, Roberto. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R; CHABALGOITY, Diego (Orgs.). **(Neo)fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020b, p. 47-83.

LÖWY, Michael. O golpe de Estado de 2016 no Brasil. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-de-Estado-de-2016-no-Brasil/4/36139>. Acesso em: 14 mar. 2018.

MARTINS, Marcos Francisco. 'Escola sem Partido': um partido contra o direito de aprendizagem. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem Partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando publicações, 2019, p. 97-130.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 245-263, jun. 2008.

RAMOS, Mariana Franco. Lobby do agronegócio se organiza para 'fiscalizar' material escolar. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/06/lobby-do-agronegocio-se-organiza-para-fiscalizar-material-escolar/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

REBUÁ, Eduardo. Educação e fascismo sob o governo Bolsonaro. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R; CHABALGOITY, Diego (Orgs.). **(Neo)fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 169-185.

RODRIGUES, Amanda. A Fundação Roberto Marinho e a crise sanitária: pavimentando o caminho para a expansão do ensino remoto nas escolas públicas. In: LAMOSA, Rodrigo (Org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Parnaíba: Ed. Terra sem Amos, 2020, p. 55-62.

ROLA, Alexandre Marques; SAKURADA, Priscila Keiko Cossual. Crise e contrarrevolução burguesa brasileira vistas a partir da universidade pública. **Universidade e Sociedade**, n. 67, p. 80-93, jan. 2021.

SANTOS, Graziella Souza dos. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. **Práxis educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-19, 2020.

SEPULVEDA, José Antônio; SEPULVEDA, Yuri; SEPULVEDA, Denize. Neofascismo e educação em um contexto de fundamentalismo religioso cristão. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R; CHABALGOITY, Diego (Orgs.). **(Neo)fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 209-226.

SILVA JR, João dos Reis; FARGONI, Everton H. E. Escola sem partido: a inquisição da educação no Brasil. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem Partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando publicações, 2019, p. 69-98.

SILVA, Edileuza Fernandes; SILVA, Maria Abádia da. Militarização das escolas públicas no Distrito Federal: projetos de gestão em disputa. **REAE – Revista de Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul/SP, v. 4, n. 8, jul./dez. 2019, p. 46-61.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda conservadora: o emergente movimento escola sem partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem Partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando publicações, 2019, p. 17-48.

SOUSA, Sandra M. Zákia L., Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 175-190, jul. 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.